
DISCLOSURE AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA PETROBRAS NO PERÍODO DE 2007 A 2012

ENVIRONMENTAL DISCLOSURE: AN ANALYSIS OF ENVIRONMENTAL INDICATORS IN THE FINANCIAL STATEMENTS OF PETROBRAS THE PERIOD 2007 TO 2012

Daiane Cristina da Silva Mello

Graduada em Ciências Contábeis - Universidade Estadual de Londrina

Endereço: Rua Guerino Romagnolli, 102 - Alphaville - Londrina-PR

Telefone: (43) 9961-5629

E-mail: daianecristinamello@gmail.com

Daiane de Cesaro

Graduada em Ciências Contábeis - Universidade Estadual de Londrina

Endereço: Rua Antonio Bethiol, 15 - Santa Clara - Sertanópolis-PR

Telefone: (43) 9104-0258

E-mail: daiane.cesaro@hotmail.com

Recebido: 14/02/2014 2ª versão: 14/12/2014

Aprovado: 08/12/2014 Publicado: 31/12/2014

Danielle Serrano dos Santos Necher

Graduada em Ciências Contábeis - Universidade Estadual de Londrina

Endereço: Rua Antonio Inácio Pereira, 110, ap 1204 - Bairro Jd. Coliseu - Londrina-PR

Telefone: (43) 9141-8858

E-mail: daniellenecher@hotmail.com

Luciano Gomes dos Reis

Doutor em Controladoria e Contabilidade – FEA-USP;

Docente do Departamento de Ciências Contábeis – UEL; Docente do Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA-UEL

Endereço: Rod. Celso Garcia Cid, PR-445, Km 380 – Campus Universitário - Caixa Postal 10.011

CEP 86057-970 – Londrina – PR

Telefone (43) 3371-4265 – (43) 9915-5898

E-mail: lucianoreis@uel.br

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi analisar a divulgação das informações ambientais nas demonstrações financeiras da Petrobras no período de 2007 a 2012, visando examinar o nível de *disclosure* ambiental da empresa, em virtude da empresa estar inserida em um setor de alto impacto ambiental. O levantamento das informações foi realizado tomando-se por base as demonstrações financeiras disponibilizadas no endereço eletrônico da CVM (Comissão de Valores Mobiliários). Inicialmente, a técnica utilizada para levantamento de dados foi a pesquisa bibliográfica, objetivando-se pesquisar melhor o tema. Posteriormente, foi realizada a análise documental, na qual foram coletados os dados das demonstrações financeiras dos anos de 2007 a 2012. Para análise das demonstrações, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. Os resultados evidenciaram que as informações de natureza ambiental, presentes nas demonstrações financeiras, são, em sua maioria, classificadas em “outras informações”, ou seja, representam qualquer menção sobre biodiversidade e preservação. Já quanto ao tipo da notícia, a predominância de informações foi classificada como neutra, revelando-se não positiva ou prejudicial à

imagem da empresa. Os resultados apontam para o fato que, devido à divulgação ambiental não ser obrigatória no Brasil, inexistente um padrão definido, não havendo uniformidade no *disclosure* ambiental presente nas demonstrações financeiras.

Palavras-chave: Informações ambientais. Demonstrações financeiras. Divulgação ambiental.

ABSTRACT

The aim of this study was to analyze the dissemination of environmental information in Petrobras's financial statements in the period 2007 to 2012, in order to examine the level of environmental disclosure of the company, because the company be inserted in a high environmental impact sector. The gathering of information was carried out using as a basis the financial statements available on the website of the CVM (Securities Commission). Initially, the technique used for data collection was the literature, aiming to better research the topic. Later, documentary analysis was performed, in which we collected data of the financial statements for the years 2007 to 2012. For the analysis of statements, we used the technique of content analysis. The results showed that the information environmental, present the financial statements, are mostly classified as "other information", ie represent any mention of biodiversity and preservation. As for the kind of news, the predominance of information was classified as neutral, revealing not positive or detrimental to the company's image. The results point to the fact that due to environmental disclosure is not mandatory in Brazil, there is no set standard, there is no uniformity in the environmental disclosure in the financial statements present.

Keywords: Environment. Financial statements. Environmental Disclosure.

1. INTRODUÇÃO

A preocupação da sociedade com questões ambientais é relativamente recente, especialmente quanto à abordagem do tema na literatura contábil. Somente há algumas décadas é que o meio ambiente passou a ser visto como um problema a ser resolvido em decorrência de uma série de fatores, tais como: o rápido crescimento da população, o desenvolvimento tecnológico acelerado e, principalmente, a globalização dos mercados, que começaram a consumir cada vez mais recursos naturais. A preocupação com a preservação ambiental e os esforços para traçar estratégias de desenvolvimento sustentável têm expandido diversos ramos de conhecimentos, com o objetivo de aprimorar as especialidades destinadas a este fim.

Neste sentido, a contabilidade vem exercendo um papel importante, no que diz respeito à preocupação da sociedade com o meio ambiente, fazendo com que as empresas invistam cada vez mais em meios para divulgar suas ações de preservação ambiental, mantendo os seus usuários informados sobre estes investimentos. Neste sentido, Ribeiro (1992 *apud* SANTOS *et al.*, 2001) lembra que “a contabilidade, enquanto instrumento de comunicação entre empresas e sociedades, poderá estar inserida na causa ambiental”.

A necessidade da divulgação, por parte da empresa, responde ao anseio social por informações nesta área, uma vez que os consumidores, além da qualidade dos produtos, desejam valores agregados, tais como: respeito ao meio ambiente, aos funcionários e a comunidade, incluindo informações sobre as políticas adotadas, os objetivos e metas pretendidas e a sinergia da empresa com a questão ambiental. Seguindo esta linha de pensamento, Tinoco e Kraemer (2006, p. 63) afirmam que: “[...] as questões ambientais, ecológicas e sociais, hoje presentes nos meios de comunicação, vêm fazendo com que os contadores e os gestores empresariais passem a considerá-las no sistema de gestão e de contabilidade, dando ensejo ao reconhecimento da Contabilidade Ambiental.”

Considerando-se este contexto, a denominada contabilidade ambiental nasce como uma ferramenta gerencial importante para análise dos impactos decorrentes das atividades econômicas geradas pelas entidades. Tinoco e Kraemer (2006, p. 47) afirmam que: “a degradação excessiva do meio ambiente e a depleção exagerada de recursos naturais têm chamado a atenção em todo o mundo, e com isso o meio ambiente vem atraindo cada vez mais a atenção e interesse”.

Complementando essa idéia, de acordo com Barbieri (1997, p. 199).

O crescimento da consciência ambiental, ao modificar os padrões de consumo, constitui uma das mais importantes armas em defesa do meio ambiente. Quando a empresa busca capturar oportunidades através do crescente contingente de consumidores responsáveis através de ações legítimas e verdadeiras, essas ações tendem a reforçar ainda mais a consciência ambiental, criando um círculo virtuoso, na qual a atuação mercadológica, marketing verde, como querem alguns, torna-se um instrumento de educação ambiental.

Considerando o exposto até o momento, verifica-se a importância da contabilidade ambiental no que diz respeito às informações a serem divulgadas, relativas aos indicadores de natureza ambiental da empresa. Em virtude deste panorama, a presente pesquisa se propõe a responder a seguinte questão: Quais são e como são divulgadas as informações ambientais apresentados nas demonstrações financeiras anuais da empresa Petrobras no período de 2007 a 2012?

Para responder a questão descrita acima, a pesquisa tem por objetivo analisar a divulgação das informações ambientais nas demonstrações financeiras da Petrobras, no período de 2007 a 2012, visando examinar o nível de *disclosure* ambiental da empresa, em virtude da empresa estar inserida em um setor de alto impacto ambiental. Dessa forma, espera-se verificar se houve crescimento ou retrocesso na divulgação das informações ambientais nas demonstrações financeiras.

O trabalho justifica-se pela importância do levantamento das questões ambientais na área contábil, especialmente em empresas que atuam em setores potencialmente agressivos ao meio ambiente e que publicam, em suas demonstrações, informações que podem ser consideradas relevantes para toda a sociedade. Dessa forma, a contribuição do artigo se apresenta em revelar, de forma sistematizada e sintetizada, as informações ambientais divulgadas nas demonstrações financeiras de uma empresa de grande porte, que possui alto impacto ambiental.

O artigo apresenta-se dividido em cinco seções, além desta introdução. A seção dois apresenta o referencial teórico, contendo as definições das informações ambientais; na seção três descrevem-se os aspectos metodológicos e as delimitações do trabalho. Já a quarta seção evidencia a análise e os resultados dos estudos e, por fim, a seção cinco apresenta as considerações finais, os aspectos conclusivos e as recomendações para pesquisas futuras.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O tema contabilidade ambiental surgiu com a necessidade de avaliar e mensurar os efeitos das atividades das empresas, com relação aos impactos ambientais, pois segundo Kraemer (2001) a contabilidade ambiental é vista como um sistema de informações de uma empresa e deve evidenciar as medidas adotadas e os resultados alcançados no processo de proteção e preservação do meio ambiente, já que ela é responsável pela comunicação entre a empresa e sociedade. Nesse sentido, Ribeiro (2006, p. 45) diz que o objetivo da contabilidade ambiental é: “[...] identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiras que sejam relacionadas com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, visando à evidenciação da situação patrimonial de uma entidade.”

Na administração das atividades empresariais, com relação aos impactos no meio ambiente, existe a necessidade de que os empresários alterem sua maneira de pensar e agir, pois este problema está mais relacionado a compromissos do que a problemas existentes no processo de mensuração. A necessidade de clareza sobre a postura ambiental adotada pelas empresas tornou-se importante na sociedade atual. Ao considerar as expectativas de clientes, fornecedores, colaboradores e outras entidades que influenciam e são influenciadas pelas organizações, as empresas apresentam o desafio de agir de maneira responsável em todas suas relações. Assim:

[...] a contabilidade surge como ferramenta estratégia a disposição da entidade para estabelecer um canal de comunicação com a sociedade, permitindo identificar e mensurar os eventos ambientais, processar e gerar informações que subsidiem os usuários, servindo como parâmetro de tomadas de decisão necessária para o processo de gestão ambiental. (CARNEIRO, DE LUCA, OLIVEIRA, 2008).

No mesmo sentido, Tinoco e Kraemer (2006, p. 279) afirmam que: “Os indicadores de desempenho ambiental (*environmental performance indicators* – EPIs) sintetizam as informações quantitativas e qualitativas que permitem a determinação da eficiência e efetividade da empresa, de um ponto de vista ambiental, em utilizar recursos disponíveis.”

Portanto, a utilização de indicadores ambientais confiáveis e a disseminação de indicadores de ecoeficiência são medidas necessárias para conferir transparência aos negócios empresariais. A validade destes indicadores se amplia se eles forem comparados aos indicadores de outras empresas, além da padronização e objetividade, (BERGAMINI JUNIOR, 1999). Neste mesmo sentido, Marques *et al.* (2010) diz que: “O uso de indicadores na avaliação de desempenho ambiental de uma empresa é fundamental uma vez que eles fornecem dados financeiros e não financeiros, possibilitando uma análise mais aprofundada do impacto ambiental de sua atividade.”

Assim sendo, a importância das informações ambientais nas demonstrações se revela, pois, através desta é possível comparar resultados de forma padrão e objetiva. Nesta linha de pensamento, de acordo com Ribeiro (2006, p. 48) a grande contribuição da contabilidade ambiental reside “na evidenciação das informações de natureza ambiental de forma segregada visando informar o usuário sobre a forma de interação da empresa com o meio ambiente”. Kraemer (2004), por sua vez, afirma que os indicadores ambientais geram informações úteis e relevantes sobre o desempenho ambiental da empresa e sobre seus esforços para obter tal desempenho. São cálculos específicos de uma realidade que pode ser acompanhada e mensurada e nos quais o alcance de tais objetivos pode ser medido por indicadores ambientais. Cada um destes indicadores serão vistos na sequência.

O primeiro indicador seria o Ativo Ambiental. No entendimento de Faroni *et al.* (2010):

O ativo ambiental consiste nos bens e direitos destinados ou provenientes da atividade de gerenciamento ambiental, ou seja, são os bens da empresa que visam a preservação, a proteção e a recuperação ambiental e deveriam vir à parte nas demonstrações contábeis da empresa de modo a tornar suas ações mais transparentes e também possibilitar ao usuário melhor avaliação das ações ambientais da organização.

Kraemer (2004) complementa que os ativos ambientais representam os estoques de insumos, peças e acessórios utilizados no processo de eliminação ou redução da poluição, como também as máquinas, equipamentos e instalações adquiridos com a intenção de amenizar os impactos causados ao meio ambiente. Dessa forma os estoques, imobilizados e as provisões para desvalorização podem ser citadas como exemplos de ativos ambientais.

O segundo indicador a ser analisado seriam os passivos ambientais. Quanto aos passivos ambientais, Bertoli e Ribeiro (2006) afirmam que representam o sacrifício de benefícios econômicos que serão realizados para preservação, recuperação e proteção do meio ambiente.

Neste contexto Kraemer (2004) afirma que:

[...] passivo ambiental representa toda e qualquer obrigação de curto e longos prazos, destinados única e exclusivamente a promover investimentos em prol de ações relacionadas a extinção ou amenização dos danos causados ao meio ambiente, inclusive percentual do lucro do exercício, com destinação compulsória, direcionada a investimentos na área ambiental.

No entanto, deve-se salientar que os passivos ambientais não possuem origem apenas em fatos de conotação negativa. Estes podem ser provenientes de atitudes responsáveis como aquelas decorrentes da manutenção de sistema de gerenciamento ambiental (FARONI, et.al. 2010). Englobam toda agressão que se praticou contra o meio ambiente, assim como o valor dos investimentos necessários para reabilitá-lo.

Os custos ambientais, por sua vez, como terceiro indicador, representam todo empenho, todo esforço direto ou indireto, vinculado a qualquer gasto, independentemente de desembolso, relativo a bens e/ou serviço que visem única e exclusivamente à preservação do meio ambiente (KRAEMER, 2004). Ainda nessa linha de pensamento, Nossa (2006) define custos ambientais como sendo os gastos das ações tomadas ou exigidas para gerenciar os impactos ambientais gerados de maneira responsável por uma empresa, bem como outros gastos direcionados aos objetivos e exigências ambientais da mesma. “Sendo assim os custos ambientais estão relacionados a multas, indenizações a prejuízos causados a terceiros, recuperação de áreas degradadas pela empresa e impostos sobre produtos poluidores, bem como gastos com tratamento de saúde de funcionários”. (FARONI, et.al. 2010).

Custos ambientais são aqueles relacionados com a atividade produtiva da empresa e o seu valor é embutido nos preços dos bens e serviços.

Já as despesas ambientais, como quarto indicador, são aquelas que não estão ligadas com a atividade produtiva da empresa, ou seja, são gastos que tem relação com o meio ambiente e que, segundo Carvalho (2008, p. 140): “são todos os gastos efetuados pela empresa, que tenham relação com o meio ambiente ocorridos no período, e que não estejam diretamente relacionados com a atividade produtiva da entidade”. Complementando esta informação, para Ribeiro (2005, p. 50) as despesas ambientais são “todos os gastos envolvidos com o gerenciamento ambiental, consumidos no período e incorridos na área administrativa”.

Desta forma, consideram-se despesas ambientais: desenvolvimento em tecnologias para o meio ambiente, auditoria ambiental, salários pagos a pessoal na área de preservação, depreciação, materiais de escritório e tudo que tenha incorrido em função das atividades da empresa que estejam relacionados com o meio ambiente.

Como último indicador, tem-se as receitas ambientais. Elas referem-se ao acréscimo de benefícios econômicos durante um exercício financeiro, na forma de entrada de recursos ou decréscimo de exigibilidade e que resulta em aumento do patrimônio líquido da empresa. Como exemplos de receitas ambientais, citam-se: a prestação de serviços especializados em gestão ambiental; a venda de produtos elaborados a partir de sobras de insumos do processo produtivo e a participação no faturamento total da empresa, que se reconhece como resultante de sua atuação responsável pelo meio ambiente (FARONI, et al. 2010).

Com uma visão mais abrangente, Santos *et al.* (2001) afirmam que “[...]o objetivo principal da implantação da gestão ambiental não é gerar receita para a empresa, e sim, desenvolver uma política responsável acerca dos problemas ambientais. Mas isto não impede que a empresa tire algum proveito econômico deste processo.”

Considerando-se os indicadores levantados, e realizando-se a sua integração com conceitos contábeis, considera-se que a contabilidade, sob a ótica ambiental, torna-se um importante instrumento de identificação, registro, análise e interpretação das operações empresariais pelos usuários internos e externos, cujos resultados apurados podem ser visíveis à sociedade através da apresentação das demonstrações financeiras (FARONI, 2010). Logo, a empresa precisa se adaptar aos parâmetros exigidos para não agredir ao meio ambiente e, por meio do reconhecimento e divulgação de seu passivo ambiental, da evidenciação dos ativos ambientais e dos custos e despesas com a preservação, proteção e controle ambiental, tornar claro para a sociedade o nível dos esforços que vem desenvolvendo com vistas a alcançar tais objetivos (KRAEMER, 2004).

Da mesma forma, devem ser reconhecidas as receitas ambientais, que podem ser aquelas oriundas de atitudes responsáveis da empresa com relação à venda de produtos que seriam descartados como resíduos, proveniente de insumos da própria atividade produtiva, além de prestação de serviços de gestão ambiental.

A próxima seção apresenta a metodologia de pesquisa utilizada na execução da pesquisa empírica.

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

Para a realização desta pesquisa foram adotados os aspectos metodológicos descritos nesta seção. Como o objetivo da pesquisa é a análise das divulgações das informações ambientais nas demonstrações financeiras da Petrobras, no período de 2007 a 2012, foi utilizada a pesquisa qualitativa, a qual, segundo Michel (2009, p. 37):

[...] não se comprova numérica ou estatisticamente [...], mas convence a partir de análise feita de forma detalhada, abrangente, consistente e coerente, assim como na argumentação lógica das idéias, pois os fatos em ciências sociais e sua interpretação não podem ficar reduzidas a quantificações frias e descontextualizadas da realidade.

Este método foi utilizado na análise e interpretação das demonstrações financeiras da empresa supracitada, bem como na apresentação dos resultados, deixando de considerar prioritariamente o instrumental estatístico. Com o objetivo de auxiliar no levantamento das informações, foi realizada inicialmente uma pesquisa bibliográfica, a qual implica leituras sobre o assunto, caracterizando-se pela busca a documentos disponibilizados pela empresa em seu sitio eletrônico.

Michel (2009, p. 40) define a pesquisa bibliográfica como: “A fase inicial da pesquisa busca o levantamento bibliográfico sobre o tema, com o propósito de identificar informações e subsidio para a definição dos objetivos, determinação do problema e definição dos tópicos do referencial teórico.”

Quanto aos fins, foi utilizada a pesquisa descritiva, que tem por objetivo descrever, verificar e explicar problemas com a intenção de relacionar os fenômenos com o ambiente. Tal pesquisa está relacionada com a pesquisa qualitativa, na medida em que levanta, interpreta e discute fatos e situações. Conforme Barros e Lehfeld (2007, p. 84), “nesse tipo de pesquisa não há interferência do pesquisador, isto é, ele descreve o objeto de pesquisa. Procura descobrir a frequência com que um fenômeno ocorre, sua natureza, características, causas, relações e conexões com outros fenômenos”.

A análise documental foi realizada através de consulta de Relatórios da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Notas Explicativas, informações anuais que estão disponibilizados em seu sitio na Internet. Para a identificação dos termos de interesse da pesquisa, foram utilizadas ferramentas de localização de palavras-chaves como: meio-ambiente, ambiental e recursos naturais.

Segundo Michel (2009, p. 65) a análise documental consiste na “consulta a documentos, registros pertencentes ou não ao objeto de pesquisa estudado, para fins de coletar informações úteis

para o entendimento e análise do problema”. De forma complementar, foi utilizado ainda o método de pesquisa histórico, o qual, para Marconi e Lakatos (2010, p. 88) “consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar sua influência na sociedade de hoje”, utilizando-se de uma análise de evolução e comparação histórica.

Por fim, este estudo foi desenvolvido com utilização da análise de conteúdo, com a finalidade de aprofundar o estudo das informações coletadas, as quais Michel (2009, p. 70) define como: “Uma técnica de levantamento de dados que utiliza textos, falas, informações já coletadas de forma extensiva, ou seja, é uma análise feita *posteriori* à coleta”.

Enquanto a análise documental busca identificar as informações sobre o objeto de interesse, a abordagem de análise de conteúdo tem por finalidade, a partir de um conjunto de técnicas parciais, explicar e sistematizar o conteúdo desses documentos por meio de deduções lógicas e justificadas. Sendo assim, Bardin (2004, p. 27) a define como: “um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto”.

Referente ao tratamento das informações contidas nos documentos acumulados, Bardin (2004, p. 40) diz que:

A análise documental tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação. O propósito a atingir é o armazenamento sob uma forma variável e a facilitação do acesso ao observador, de tal forma que este obtenha o máximo de informação (aspecto quantitativo), com o máximo de informação (aspecto qualitativo). A análise documental é, portanto, uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de uma base de dados.

Considerando a metodologia exposta nessa seção, a análise dos dados e os resultados serão apresentados na sequência.

4. ANÁLISE DE DADOS E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A coleta dos dados foi executada através de levantamento de palavras-chave, descritas na seção de metodologia, e realizada nos documentos apresentados pela empresa e disponibilizados no sitio da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Dentro da pesquisa documental foram consultadas as seguintes demonstrações: demonstração de resultado do exercício, balanço patrimonial, demonstração de mutações do patrimônio líquido, demonstração do valor adicionado, demonstração do resultado abrangente, relatório da administração, notas explicativas e parecer dos auditores, no período de 2007 a 2012, nos documentos que integram as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs). A opção pelas DFPs baseia-se na sua comparabilidade e relevância. A comparabilidade ocorre do fato da obrigatoriedade da apresentação anual à Comissão de Valores Imobiliários (CVM) e relevância por serem as DFPs instrumentos de comunicação da empresa com seus usuários.

Os itens selecionados para a coleta das palavras dentro das demonstrações foram os termos que apresentam relação com as questões do meio ambiente. Foram selecionados para análise os termos: ambiental, meio ambiente, preservação e recursos naturais, por apresentarem relação com os indicadores ambientais.

Para analisar a evidenciação das informações ambientais da empresa, optou se pela técnica da análise de conteúdo, que tem por objetivo a “manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo) para evidenciar os indicadores que permitem inferir sobre uma outra realidade que não a de

mensagem” (BARDIN, 2010, p. 48). Os quadros a seguir apresentam os dados coletados para o desenvolvimento da análise:

Quadro 1: Termo “Ambiental”

Demonstrações	Ano					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
DRE	0	0	0	0	0	0
B.P	0	0	0	2	0	2
DMPL	0	0	0	0	0	0
DVA	0	0	0	0	0	0
DRA	0	0	0	0	0	0
Relatório da Administração	28	29	15	11	7	14
Notas explicativas	19	19	18	20	4	8
Parecer dos Auditores	0	0	0	0	0	0
Total de evidenciações	47	48	33	33	11	24

Fonte: Elaborado pelos autores

Nota-se que o termo ambiental foi predominante no ano de 2008, com 48 sentenças, destacando que foram evidenciadas 29 destas no relatório da administração e 19 também em notas explicativas. Um fato possível para esses resultados é que, nesse período, segundo os dados fornecidos pela própria empresa em seu site, houve uma consolidação das descobertas de petróleo e gás na camada pré-sal do litoral brasileiro, com a conseqüente maior divulgação das questões ambientais, objetivando maior captação financeira.

Em contrapartida, verificou-se que as evidenciações do termo ambiental no ano de 2011 foram as menores no período analisado, sendo que 7 sentenças constam no relatório da administração e apenas 4 em notas explicativas. É importante salientar que as notas explicativas constituem as evidenciações mais conhecidas e comentadas (IUDICIBUS, 2004, p. 126). Já o relatório da administração apresenta também informações de caráter não oficial.

Quadro 2: Termo “Meio Ambiente”

Demonstrações	Ano					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
DRE	0	0	0	0	0	0
B.P	0	0	0	0	0	0
DMPL	0	0	0	0	0	0
DVA	0	0	0	0	0	0
DRA	0	0	0	0	0	0
Rel.da Administração	16	17	9	8	8	7
Notas explicativas	10	12	13	12	2	4
Parecer dos Auditores	0	0	0	0	0	0
Total de evidenciações	26	29	22	20	10	11

Fonte: Elaborado pelos autores.

O quadro 2 apresenta a análise do termo “meio ambiente”, que teve a maior ocorrência no ano de 2008, sendo 18 sentenças no relatório da administração e 11 em notas explicativas. É importante observar que o referido termo no ano de 2008 teve prevalência no relatório da administração, em situações nas quais se divulgam o impacto dos produtos e processos no meio ambiente.

No ano de 2007 o termo aparece em 16 sentenças do relatório da administração e 12 em notas explicativas, sendo que a maior incidência no relatório da administração diz respeito a políticas ambientais da empresa. Já o ano de 2011 apresenta apenas duas menções do termo “meio ambiente” nas notas explicativas e oito vezes no relatório da administração.

Quadro 3: Termo “Preservação”

Demonstrações	Ano					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
DRE	0	0	0	0	0	0
B.P	0	0	0	0	0	0
DMPL	0	0	0	0	0	0
DVA	0	0	0	0	0	0
DRA	0	0	0	0	0	0
Rel.da Administração	3	4	0	0	1	0
Notas explicativas	2	1	0	0	0	0
Parecer dos Auditores	0	0	0	0	0	0
Total de evidenciações	5	5	0	0	1	0

Fonte: Elaborado pelos autores

No quadro 3, no ano de 2007, nenhuma menção diz respeito à preservação ambiental. Todas as vezes que o termo foi referido, estava relacionado com preservação cultural ou preservação de ativos. No período de 2008, com exceção de duas menções do termo “preservação” no relatório da administração, que realmente dizem a respeito da preservação ambiental, as outras ocorrências do termo estão relacionadas à preservação cultural ou de ativos. A única ocorrência do termo em 2011 diz respeito à preservação ambiental. Nos anos de 2009 e 2010 não consta menção do termo “preservação”.

Quadro 4: Termo “Recursos Naturais”

Demonstrações	Ano					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
DRE	0	0	0	0	0	0
B.P	0	0	0	0	0	0
DMPL	0	0	0	0	0	0
DVA	0	0	0	0	0	0
DRA	0	0	0	0	0	0
Rel.da Administração	0	1	1	1	1	1
Notas explicativas	2	2	1	1	1	0
Parecer dos Auditores	0	0	0	0	0	0
Total de evidenciações	2	3	2	2	2	1

Fonte: Elaborado pelos autores

No quadro 4, os anos 2007, 2008, 2009 e 2010 apresentam o termo “recursos naturais” relacionado a informações financeiras ambientais e a redução do consumo desses recursos.

Para a qualificação dos dados apresentados, foi utilizado o seguinte critério de classificações:

Quadro 5: Qualificações

Qualidade	Definição
Ativo ambiental	Consideram-se ativos ambientais todos os bens e direitos destinados ou provenientes da atividade de gerenciamento ambiental. (EX: a empresa mantém um estoque de semente para reflorestamento isso fica classificado como ativo ambiental).
Passivo ambiental	É toda a agressão que se praticou/pratica contra o meio ambiente e consiste no valor dos investimentos necessários para reabilitá-lo, bem como multas e indenizações em potencial. Para as empresas o passivo ambiental representa risco financeiro (ex: é todo dano causado ao meio ambiente, se a empresa polui um rio e pagam multas para recuperação dessas áreas danificadas, isso é registrado como passivo ambiental).
Receita ambiental	São recursos auferidos pela empresa, originado da venda de subprodutos ou materiais reciclados (ex: se produz um produto e sobra um resíduo e esse resíduo é vendido é uma receita ambiental, ou seja, venda de produto elaborado com sobras de insumos do processo produtivo).
Despesa ambiental	Não esta relacionada a atividade produtiva, são gastos efetuados pela empresa que tem relação com o meio ambiente (ex: políticas internas de preservação, salários pagos ao pessoal na área de preservação, aquisição de equipamento que visão a preservação do meio ambiente, projetos, investigações, desenvolvimento de tecnologias mais limpas, auditoria ambiental).
Custos ambientais	Está relacionado com a atividade produtiva da empresa, e o valor é embutido aos bens e serviços (ex: o produto produz algum tipo de resíduo o tratamento o fim que vai ser dado ao residual é classificado como custo ambiental outro exemplo à empresa produz um produto que solta fumaça poluente o tratamento que será feito para controlar essa fumaça é classificada como custo por que esta ligada a produção).
Outras informações ambientais	Qualquer menção sobre sustentabilidade, biodiversidade, conservação, preservação, que não estão relacionados com nenhuma das definições anteriores.

Fonte: Carvalho (2008); Instituto... (1996); Santos, *et al.* (2001), com adaptações.

As sentenças coletadas também foram classificadas quanto ao tipo da notícia: neutra, positiva e negativa. Neste sentido, Gray, Kouhy e Lavers (1995) as definem como:

- Informação positiva: declarações que reflitam créditos para a companhia;
- Informação ruim: declarações que reflitam descrédito para a companhia; e
- Informações neutra: declarações cujo crédito/descrédito para a companhia não é obvio.

No quadro abaixo é apresentada a coleta realizada, onde foram categorizadas as informações como: positiva, neutra e negativa, além da sua relação aos ativos, passivos, receita, despesa e custo ambientais, e as que não se enquadraram em nenhuma das dessas definições como: outras informações.

Quadro 6: Categorização e Classificação

Classificação	2007				2008				2009				2010				2011				2012				
	P	N	Ng	T	P	N	Ng	T	P	N	Ng	T	P	N	Ng	T	P	N	Ng	T	P	N	Ng	T	
Ativo ambiental	3	1		4	1	5		6		1		1		2		2		1		1	1	1		2	
Passivo ambiental		3	4	7		1	9	10		4	4	8		6	4	10		1	1	2				5	5
Receita ambiental				0				0				0				0				0				0	
Despesa ambiental	2	7	1	10	2	13		15		6		6		7		7		2		2		3		3	
Custo ambiental		1		1		1		1	2	3		5		1		1		1		1				0	
Outras informações	19	35		54	7	36		43	3	30		33	1	32		33	6	12		18	7	7	1	15	
TOTAL	24	47	5	76	10	56	9	75	5	44	4	53	1	48	4	53	6	17	1	24	8	11	6	25	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Legenda dos tipos:

P: informações positivas

N: informações neutras

Ng: informações negativas

Constata-se, no quadro anterior, que há predominância nos itens classificados como “neutro”. Já quanto a natureza, o termo classificado como “outras informações” foi o mais encontrado, ocorrendo esse fato em todos os anos analisados.

Nos anos de 2007 e 2008, a segunda maior predominância foi do item “despesa” e quanto ao tipo, “neutra”, devido o fato de que nesses anos houve mais investimentos em projetos, políticas internas, tecnologia, segurança e preservação ambiental.

Já nos períodos encerrados em 31 de Dezembro de 2009, 2010 e 2012, o segundo termo que apresentou maior destaque foi “passivo ambiental”, com variações quanto ao tipo da notícia do tipo “neutra” e “negativa”. Isso se deve ao fato de que nesses anos ocorreram maiores dispêndios com multas, indenizações ambientais e danos causados ao meio ambiente, com a constituição de provisões de passivos ambientais. No ano de 2011, a ocorrência dos termos “passivo ambiental” do tipo “neutra” foi a mesma de períodos posteriores, o que indica a existência de gastos com investimentos em políticas de meio ambiente, projetos, multas e indenizações.

Outro ponto a ser observado é que no ano de 2007 as declarações classificadas como sendo de “despesa ambiental” se apresentaram distribuídas no relatório da administração (com quatro eventos) e nas notas explicativas (com seis eventos). Já no ano de 2008, 14 sentenças das informações relacionadas com “despesa ambiental” foram encontradas no relatório da administração e apenas uma nas notas explicativas. Por sua vez, no ano de 2009, todas as evidências relacionadas a “passivo ambiental” encontravam-se em notas explicativas. Em 2010, duas das sentenças relacionadas a “passivo ambiental” constavam no balanço patrimonial e oito em notas explicativas. No exercício de 2011, as duas evidências relacionadas a “passivo ambiental” encontram-se no relatório da administração e duas evidenciações de despesa ambiental estavam apresentadas de forma equitativa,

uma no relatório da administração e uma nas notas explicativas. Por fim, em 2012, a ocorrência de “passivo ambiental” foi dividida em: uma ocorrência no relatório da administração, duas em notas explicativas e duas no balanço patrimonial.

Com base no exposto anteriormente, verifica-se que a empresa apresentou, no período analisado, quando se trata dos termos “passivo ambiental” e “despesa ambiental”, uma diversidade de relatórios nos quais a informação é divulgada. Quando observada sob a ótica da comparabilidade, a divulgação de informações de mesma natureza em relatórios de características diferentes pode dificultar o entendimento dos usuários, uma vez que o processo de tomada de decisão, muitas vezes, deve ser realizado de forma tempestiva, não permitindo uma análise criteriosa de todas as informações prestadas pela companhia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho atingiu seu objetivo de analisar a divulgação das informações ambientais nas demonstrações financeiras da Petrobras no período 2007 a 2012, verificando sua ocorrência e a maneira como são divulgados os indicadores nos relatórios anuais da empresa.

As análises evidenciaram que os indicadores de natureza ambiental, em sua maioria, estão relacionados com outras informações, ou seja, representam qualquer menção sobre biodiversidade, conservação e preservação. Já quanto ao tipo da notícia, destaca-se a predominância de informações neutras, sendo estas declarações que não trazem crédito e nem descrédito para a companhia. Conclui-se que essa predominância ocorre pelo fato das informações ambientais a serem disponibilizadas pela contabilidade não serem obrigatórias e a não existência de um padrão definido. Por outro lado, se as informações tivessem um padrão pré-definido e tivessem caráter compulsório, poderia haver uma maior uniformidade nas informações ambientais nos relatórios financeiros, bem como seria possível a sua comparabilidade.

Como consideração final, espera-se que este trabalho tenha apresentado contribuições na construção do conhecimento em contabilidade no Brasil, especialmente sob a ótica das informações de natureza ambiental. Entretanto, por se caracterizar como um estudo realizado especificamente sobre uma empresa, os resultados apresentados não podem ser generalizados. Sugere-se que sejam executadas pesquisas futuras, abrangendo outros períodos de tempo ou empresas de outros ramos potencialmente poluidoras, com a finalidade de comparar com os resultados aqui apresentados. Recomenda-se, ainda, a realização de uma análise de empresas de outros países, pertencentes ao mesmo setor de atividade, visando corroborar ou refutar os resultados aqui apresentados.

6. REFERÊNCIAS

- BARBIERI, José Carlos. Competitividade internacional e normalização ambiental. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 4., 1997, São Paulo. **Anais...** São Paulo: EAESP/FGV, 1997. Disponível em: <<http://www.bv.fapesp.br/pt/auxilios/39629/4-encontro-nacional-gestao-empresarial/>>. Acesso em: 21 out. 2012.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BARROS, Adil Jesus Silveira da; LEHFELD, Neide Aparecida Souza de. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

- BERGAMINI JUNIOR, Sebastião. **Contabilidade e risco ambientais**. BNDES. 1999. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Setor/Meio_Ambiente/199906_4.html>. Acesso em: 21 out. 2012.
- BERTOLI, Ana Lucia; RIBEIRO, Maisa de Souza. Passivo ambiental: estudo de caso do Petróleo Brasileiro S.A – Petrobrás. A repercussão ambiental nas demonstrações contábeis, em consequência dos acidentes ocorridos. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 10, n. 2, abr. /jun. 2006.
- CARNEIRO, José Eliano; DE LUCA, Márcia Martins Mendes; OLIVEIRA, Marcelle Colares. Análise das informações ambientais evidenciadas nas demonstrações financeiras das empresas petroquímicas brasileiras listadas na Bovespa. **Contabilidade Vista e Revista**, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, 2008.
- CARVALHO, Gardênia Maria Braga de. Contabilidade ambiental. Curitiba: Juruá, 2008.
- FARONI, Walmir. A contabilidade ambiental em empresas certificadas pela normas ISSO 14001 na região metropolitana de Belo Horizonte MG. **Revista Árvore**, Viçosa, v. 34, n. 6., nov. / dez. 2010.
- GRAY, Rob; KOUHY, Reza; LAVERS, Simon. *Corporate social and environmental reporting: a review of the literature and a longitudinal study of UK disclosure*. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, Adelaide, v. 8, n. 2, p. 47 - 77, 1995.
- INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL - IBRACON. **NPA 11: Balanço e Ecologia 1996**. Norma e procedimentos de auditoria. São Paulo: Publicações NPA, 2001.
- IUDICIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. Indicadores ambientais como sistema de informação contábil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 24., 2004, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ENEGEP, 2004. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2004_Enegep1002_0087.pdf>. Acesso em: 21 out. 2012.
- _____. **Contabilidade ambiental: o passaporte para a competitividade**. Eco Terra Brasil. 2004. Disponível em: <<http://www.ecoterrabrasil.com.br/home/index.php?pg=temas&tipo=temas&cd=71>>. Acesso em: 21 out. 2012.
- _____. Contabilidade ambiental como sistema de informações. **Contabilidade Vista e Revista**, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, 2001.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamento de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MARQUES, Matheus de Mendonça *et al.* Evidenciação ambiental: uma análise da evolução dos investimentos ambientais e o reflexo no que é divulgado. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10., São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2010. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos102010/379.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2012.
- MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo. Atlas, 2009.
- NOSSA, Valcemiro. **Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional**. Biblioteca digital USP: teses e dissertações. São Paulo. 2006. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-21122005-101506/pt-br.php>>. Acesso em: 23 out. 2012.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SANTOS, Adalto de Oliveira, *et al.* Contabilidade ambiental: um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas Brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 12, n. 27, set. /dez. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v12n27/v12n27a07.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2012.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2006.